

CONTRATO Nº 012/CEGÁS/2018
PROCESSO Nº 1645769/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS E
A EMPRESA TOTVS S/A, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS situada na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, Cep.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96,, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **TOTVS S/A**, estabelecida na Rua Desembargador Euclides, nº 232, Bairro Casa Verde, São Paulo/SP, Cep: 02.511-000, inscrita no CNPJ sob nº 53.113.791/0001-22, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada pelos Procuradores **Ruy Rabelo Trevisan**, brasileiro, portador da RG nº 9894797 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 099.633.728-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, **Marcio Santana Souza**, brasileiro, portador da RG nº 14440067 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 008.019.388-99, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

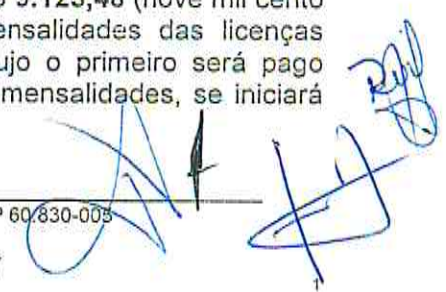
1.1. O presente contrato tem como fundamento o inciso I, art. 30 da Lei nº 13.303/2016, os preceitos do direito privado, e na Proposta Comercial da Contratada, necessários ao cumprimento do seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição do Módulo de Segurança e Medicina do Trabalho para integrar ao sistema Protheus-RH, já instalado na CEGÁS, juntamente com o licenciamento mensal deste sistema, conforme o ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

3.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 33.002,41 (trinta e três mil e dois reais e quarenta e um centavos), referente à aquisição das duas licenças do sistema SESMT no valor total, com impostos, de R\$ 23.878,93 (vinte e três mil oitocentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos), juntamente com o valor mensal, com impostos, de R\$ 760,29 (setecentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), que gera um valor anual de R\$ 9.123,48 (nove mil cento e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) referente às mensalidades das licenças implantadas. Ambos valores estão descritos nos quadros abaixo, cujo o primeiro será pago integralmente após a conclusão da implantação e, o pagamento das mensalidades, se iniciará somente após o final da implantação das licenças do referido sistema.



Licenciamento:

| Item | Licenças | Quant. Usuários | Valor Unit. (R\$) | Subtotal (R\$) | Ano |
|------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|----------------|-----|
| 01 | CDU MED SEG TRABALHO NG TRAD | 2 | 10.352,10 | 20.704,20 | |
| 02 | TOTVS TEC USER | 2 | 375,51 | 751,02 | |
| TOTAL R\$ | | | | 21.455,22 | |
| TOTAL COM IMPOSTOS R\$ | | | | 23.878,93 | |

Serviços Mensais:

| Item | Manutenção Licenças | Quant. Usuários | Quant. de Meses | Valor Unit. (R\$) | Subtotal Mês (R\$) | Subtotal Ano (R\$) |
|------------------------------|----------------------------------|-----------------|-----------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| 01 | SMS CDU MED SEG TRABALHO NG TRAD | 2 | 12 | 332,13 | 664,26 | 7.971,12 |
| 02 | SMS TOTVS TEC USER | 2 | 12 | 5,63 | 11,26 | 135,12 |
| TOTAL R\$ | | | | | 675,52 | 8.106,24 |
| VALOR TOTAL COM IMPOSTOS R\$ | | | | | 760,29 | 9.123,48 |

3.2. Os preços da manutenção das licenças são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice IPCA, ou no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da CEGÁS

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses contado a partir da sua celebração, conforme disposto no art. 71, da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.2. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias, mediante a entrega pela CEGÁS das informações necessárias para configuração e parametrização do sistema, além da disponibilidade de infraestrutura técnica dos usuários para o acompanhar e receber os devidos repasses de conhecimento acerca da solução contratada.

5.3. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o §1º do art. 81 da Lei Federal 13.303/2016.

5.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes.

5.5. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.6. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

5.7. O objetivo contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações deste termo, deverá ser feito no prazo de até 10 dias úteis, contados da sua notificação.

5.8 O contrato poderá ser rescindido por conveniência das partes, mediante prévia e expressa comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento das licenças e dos serviços de implantação será efetuado em parcela única, após a implantação e validação das licenças, e a manutenção das licenças em valores mensais, conforme planilhas abaixo, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços, juntamente com a documentação disposta no subitem 6.4.1., no protocolo da CEGÁS para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato.

Parcela única:

Licenciamento:

| Item | Licenças | Quant. Usuários | Valor Unit. (R\$) | Subtotal Ano (R\$) |
|------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|--------------------|
| 01 | CDU MED SEG TRABALHO NG TRAD | 2 | 10.352,10 | 20.704,20 |
| 02 | TOTVS TEC USER | 2 | 375,51 | 751,02 |
| TOTAL R\$ | | | | 21.455,22 |
| TOTAL COM IMPOSTOS R\$ | | | | 23.878,93 |

Serviços Mensais:

| Item | Manutenção Licenças | Quant. Usuários | Quant. de Meses | Valor Unit. (R\$) | Subtotal Mês (R\$) | Subtotal Ano (R\$) |
|------------------------------|----------------------------------|-----------------|-----------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| 01 | SMS CDU MED SEG TRABALHO NG TRAD | 2 | 12 | 332,13 | 664,26 | 7.971,12 |
| 02 | SMS TOTVS TEC USER | 2 | 12 | 5,63 | 11,26 | 135,12 |
| TOTAL R\$ | | | | | 675,52 | 8.106,24 |
| VALOR TOTAL COM IMPOSTOS R\$ | | | | | 760,29 | 9.123,48 |

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na primeira quinta feira após 15 dias do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços mensais deverá ser enviada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a execução dos serviços e entregue no protocolo da CEGÁS.

6.1.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.7. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLAÚSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Sem garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

8.1. QUANTO à EXECUÇÃO:

8.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, mediante a entrega pela CEGÁS das informações necessárias para configuração e parametrização do sistema, além da disponibilidade de infraestrutura técnica dos usuários para o acompanhar e receber os devidos repasses de conhecimento acerca da solução contratada.

8.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo de execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual;

8.2. QUANTO AO RECEBIMENTO:

8.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

8.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições constantes neste instrumento e no Anexo – Termo de Referência.

9.2. Manter durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.7. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.8. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO.

10. CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de autorização de serviços ou outro instrumento hábil.

10.2. Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

10.3. Notificar a Contratada, por escrito, quando da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

10.4. Fiscalizar a quantidade e a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços e solicitar à Contratada a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam atendendo às necessidades do serviço.

10.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.7. Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.

10.8. Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecido.

10.9. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente de Tecnologia da Informação, como Gerente do Contrato, e o Gerente de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente de GESTORES.

11.2. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução dos serviços objeto do presente do contrato, sem que tal fato exima a contratada das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.

11.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CEGÁS não exime a contratada da total responsabilidade pelos fornecimentos.

11.4. No caso da inobservância, pela contratada, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades: I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato; II – Multas, estipuladas na forma do subitem 8.4 deste termo.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

12.2. As sanções previstas nos incisos I e III deste Contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

12.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

12.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

12.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

12.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

12.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

12.9. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar são sanções administrativas que obstem a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

12.9.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

12.9.2. por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

12.9.3. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

12.9.3.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

12.9.3.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

12.9.3.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

13.2. Considera-se em mora a CONTRATADA, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

13.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal da CONTRATADA;
- X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;
- XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial deste contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;
- XIII – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XIV – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XV – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.4. A rescisão deste contrato poderá ser:


- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do item anterior;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO

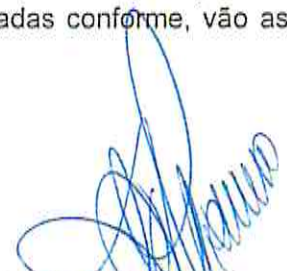
14.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa;

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.


Fortaleza (CE), 22 de maio de 2018.




HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



RUY RABELO TREVISAN
Procurador
TOTVS S/A



MARCIO SANTANA SOUZA
Procurador
TOTVS S/A

Testemunhas:

